

Fora do mundo viciado dos nossos governantes que, quando não são inapetentes como o atual presidente, são famintos de poder (e não só de poder), e do universo dominado pela "cultura" de nossa classe política, há iniciativas capazes de apontar saídas — simples e práticas — para a crise brasileira. É o caso, por exemplo, da reunião ocorrida segunda-feira em São Bernardo do Campo, entre o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e futuro presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, na qual os dois dirigentes discutiram ações conjuntas para tentar resolver — ou pelo menos ajudar a diminuir os efeitos — os terríveis problemas gerados no universo político e que afligem a todos os brasileiros.

Foi discutida uma agenda ampla, que inclui desde o combate à fome e à falta de moradia, uma campanha para doação de sangue e a questão tradicional dos salários, até itens Políticos (com P maiúsculo) mais amplos, como a revisão constitucional, a política industrial do País, a política tributária, a retomada do desenvolvimento econômico, e aspectos da política trabalhista como uma possível redução da jornada de trabalho visando aumentar o emprego, e o estabelecimento de tempos livres para o trabalhador para que ele possa estudar e se preparar para a introdução das novas tecnologias que estão revolucionando o mercado de trabalho no mundo inteiro.

Ninguém tem a ilusão de que, da noite para o dia, trabalhadores e empregadores vão se colocar plenamente de acordo sobre assuntos tão variados e sobre os quais, até aqui, muitos têm posições opostas. Mas há pelo menos um antecedente: o acordo da indústria automobilística, citado como exemplo de negociação bem-sucedida pelas duas partes, que mostra que, com boa vontade e disposição, é possível vencer obstáculos, superar preconceitos de classe e até enquadrar o sempre renitente Estado brasileiro, produzindo um entendimento entre o capital, o trabalho e o Estado, no qual todos ganham.

No acordo das indústrias automobilísticas, o governo reduziu um pouco os impostos, os trabalhadores amenizaram suas reivindicações salariais, os empresários reduziram suas margens de lucro e se comprometeram a parar com as demissões no setor. Os resultados: a indústria automobilística bateu o seu recorde de produção no País — cerca de 1,4 milhão de veículos em 93 —, os trabalhadores conseguiram correções mensais de salários e um aumento de 12 mil empregos em toda a cadeia automotiva e o governo, mesmo com alíquotas menores de impostos, conseguiu um aumento real de arrecadação, nos itens referentes a este setor, de cerca de 5%.

Confirmando aquilo que consta de qualquer manual moderno de economia, esse acordo mostrou, na prática, que também num país com um sistema tributário caótico e no qual os poucos contribuintes que pagam a conta estão inteiramente saturados, como é o caso do Brasil, a melhor maneira de aumentar a arrecadação é estimular as ati-

vidades econômicas por meio da retirada do peso excessivo dos impostos do custo da produção.

É curioso que, mesmo diante da prova empírica, muita gente dentro deste governo — que vai se caracterizando por reduzir a crucial questão tributária a um truculento braço-de-ferro com os sonegadores, demagogicamente carregado de conotações ideológicas, e à busca frenética de novas "veias" da economia a serem sangradas — declara-se, sem dar maiores explicações, contra o acordo que rendeu todos esses resultados...

Felizmente, porém, há exceções — e exceções surpreendentes — dentro da equipe econômica. Se o governo, por exemplo, se dedicasse a examinar em profundidade a idéia que vem sendo defendida, entre outros, pelo ministro Walter Barelly e pelo professor da USP José Pastore, de reduzir os altíssimos encargos que pesam sobre o salário no Brasil — mais de 102% fixos, chegando, na parte variável, a 120% sobre a folha salarial, o que corresponde a mais que o dobro do que é cobrado no segundo país de trabalho mais caro do mundo! — ou, ao menos, a "desenrijecer" o quadro de contribuições obrigatórias que se cobra sobre o trabalho neste país, de modo a permitir que a economia se adapte às contingências que surgem pelo caminho, como acontece em todos os países civilizados do mundo, ele poderia começar a resolver, ao mesmo tempo, nossos problemas de emprego e subemprego e de redução do mercado interno de consumo. Gastando menos para manter empregados registrados, as empresas poderiam contratar mais gente e ainda reduzir os preços de suas mercadorias e serviços. E, se uma parte do que hoje é entregue ao governo para ser gasto do modo como as CPIs registram fosse entregue aos próprios assalariados, teríamos um aumento real e não inflacionário dos salários, o que reintegraria milhões de brasileiros hoje marginalizados ao mercado de consumo. O resultado é o que colhem países mais civilizados que o Brasil, como a Bolívia, os "Tigres Asiáticos" e outros que, até ontem, viviam sob uma dominação política tão burra quanto a que ainda suportamos por aqui: mais empregos, com produtos mais baratos e salários mais altos, significam mais produção e mais vendas e, portanto, mais arrecadação de IPI, ICMS, IR, etc.

Uma equação elementar, mas que só pode ser entendida por quem olha um pouco além do próprio umbigo, o que não só acontecer com a esmagadora maioria dos nossos políticos e, muito menos, dos nossos burocratas, em geral interessados apenas na próxima eleição ou na manutenção e ampliação dos seus privilégios pessoais.

Como, porém, apesar de todos os defeitos de nossas instituições, os políticos só agem sob pressão, é muito bom que capital e trabalho comecem a cuidar de seus interesses complementares, forçando o Estado, uma vez estabelecidos os princípios do acordo, a aderir e entregar de volta a parcela do que é deles dois por direito de que ele se apropriou indevidamente.